

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2007

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório, elaborado em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e para cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei 2/2007, de 15 Janeiro (Lei das Finanças Locais), visa fazer uma análise nas vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Óbidos relativas ao ano de 2007, bem como caracterizar a sua evolução nos últimos exercícios económicos.

Serão objecto de análise a execução orçamental da receita e da despesa, quer na globalidade, quer por sectores de actividade, bem como os investimentos e sua evolução.

Numa perspectiva patrimonial, a situação financeira espelhará a análise ao Balanço e Demonstração de Resultados e respectivos indicadores financeiros, embora também com grande focalização na evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazos.

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Óbidos no ano de 2007 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

Faz-se apenas breve comentário sobre o facto de em 2007 se ter alcançado uma execução orçamental notável, na ordem dos 72,4% do orçamento da despesa, traduzida em mais de 19 M€ de pagamentos efectuados. Adiante se pormenoriza e justifica esta execução orçamental.

## 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Orçamento de 2007, antes de qualquer análise mais detalhada, carece de referência à sua execução. Quer em termos de valor, quer em termos percentuais, a execução orçamental pode ser adjectivada, no mínimo, de excelente.

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2007, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

### 2.1. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspectiva de optimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

Tal como se comprova pelo quadro abaixo, a tendência de financiamento de investimentos com receitas correntes acentuou-se significativamente em 2007, devido principalmente ao crescimento mais que proporcional das receitas correntes face às despesas correntes. Ou seja, o Orçamento continua a assentar numa estrutura de receitas próprias, com fraca dependência de transferências do Orçamento de Estado e de financiamentos externos (nacionais e/ou comunitários). Aliás, as receitas provenientes de financiamentos comunitários e de contratos-programa, devido à fase de finalização do III QCA, não tiveram papel fundamental na execução orçamental.

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO / 2007

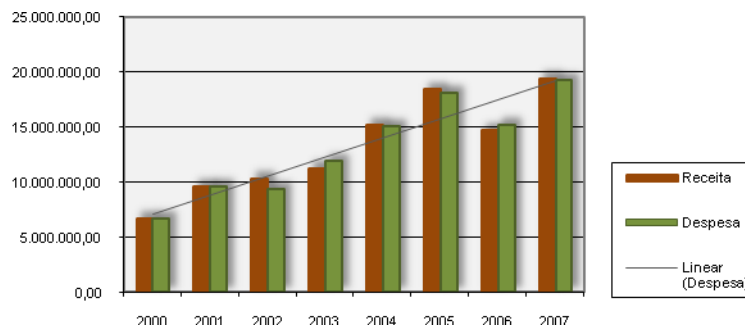
COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	13.262.057,35	15.008.920,76	113,17	77,12
Receitas de Capital	13.308.924,18	4.441.624,35	33,37	22,82
Outras Receitas	50.000,00	10.722,20	21,44	0,06
<b>Total das Receitas</b>	<b>26.620.981,53</b>	<b>19.461.267,31</b>	<b>73,10</b>	<b>100,00</b>
Despesas Correntes	13.036.023,54	10.287.813,84	78,92	53,35
Despesas de Capital	13.584.957,99	8.996.012,50	66,22	46,65
<b>Total das Despesas</b>	<b>26.620.981,53</b>	<b>19.283.826,34</b>	<b>72,44</b>	<b>100,00</b>

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2002-2007

COMPOSIÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita	10.364.216,45	11.307.354,41	15.224.966,81	18.433.830,88	14.709.568,56	19.461.267,31
Despesa	9.371.196,30	11.907.471,22	15.057.551,58	18.119.338,65	15.237.102,82	19.283.826,34

Em termos de evolução global da execução do Orçamento, os valores executados em 2007 demonstram *per si* o resultado das medidas implementadas pelo executivo que, obrigatoriamente, geram um aumento continuado das despesas de investimento, implicando também um aumento das despesas de funcionamento inerente aos diversos programas em curso, mas que estão estruturalmente suportadas por receitas correntes próprias e sem qualquer recurso a empréstimos bancários.

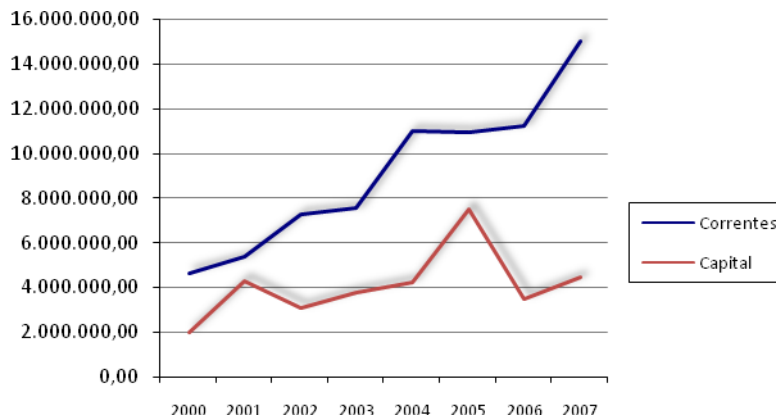
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2000-2007



QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA 2000-2007

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
<b>Correntes</b>			
<b>2000</b>	4.643.758,54	4.676.808,89	100,71
<b>2001</b>	5.564.978,40	5.325.894,59	95,70
<b>2002</b>	6.728.697,25	7.251.967,11	107,78
<b>2003</b>	8.735.551,00	7.502.731,14	85,89
<b>2004</b>	11.269.100,36	10.959.113,77	97,25
<b>2005</b>	13.673.938,36	10.895.264,46	79,68
<b>2006</b>	13.641.215,23	11.189.587,71	82,03
<b>2007</b>	13.262.057,35	15.008.920,76	77,12
<b>Capital</b>			
<b>2000</b>	9.402.090,96	2.026.072,17	21,55
<b>2001</b>	13.059.775,94	4.320.342,97	33,08
<b>2002</b>	11.751.524,72	3.112.249,34	26,48
<b>2003</b>	8.886.085,84	3.804.623,27	42,82
<b>2004</b>	10.688.560,26	4.265.853,04	39,91
<b>2005</b>	14.347.879,16	7.538.566,42	52,54
<b>2006</b>	12.866.704,67	3.519.980,85	27,36
<b>2007</b>	13.358.924,18	4.452.346,55	33,33

**GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (€) 2000-2007**

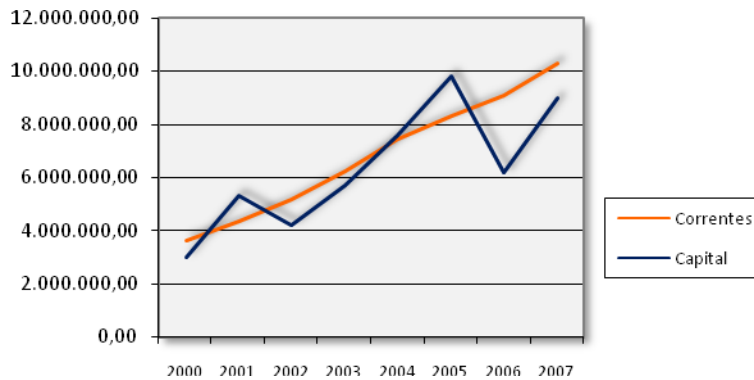


Os mapas e gráficos acima permitem aferir da tendência linearmente crescente das receitas correntes, enquanto as receitas de capital revelam as oscilações directamente relacionadas com o financiamento comunitário dos investimentos.

**QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2000-2007**

<b>Despesas</b>	<b>Dotação</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
<b>Correntes</b>			
<b>2000</b>	4.643.758,54	3.664.817,79	78,92
<b>2001</b>	5.564.978,40	4.312.925,85	77,50
<b>2002</b>	6.728.697,25	5.144.681,37	76,46
<b>2003</b>	7.510.774,00	6.195.296,58	82,49
<b>2004</b>	8.939.817,67	7.438.580,74	83,21
<b>2005</b>	11.582.098,56	8.271.623,40	71,42
<b>2006</b>	12.613.540,49	9.037.138,85	71,65
<b>2007</b>	13.036.023,54	10.287.813,84	78,92
<b>Capital</b>			
<b>2000</b>	9.402.090,96	3.038.053,29	32,31
<b>2001</b>	13.059.775,94	5.332.024,82	40,83
<b>2002</b>	11.906.066,48	4.226.514,93	35,50
<b>2003</b>	10.110.862,84	5.712.174,64	56,50
<b>2004</b>	13.018.092,95	7.618.970,84	58,53
<b>2005</b>	16.444.718,96	9.847.715,25	59,88
<b>2006</b>	13.894.379,41	6.199.963,97	44,62
<b>2007</b>	13.584.957,99	8.996.012,50	66,22

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (€) 2000-2007



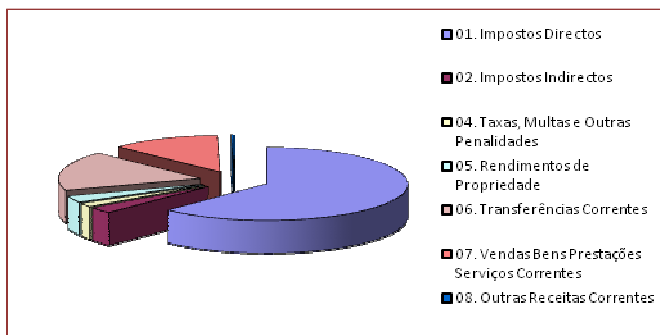
Também no caso das despesas correntes, a sua evolução caracteriza-se por uma tendência gradualmente crescente, embora com valores sempre inferiores aos da receita, que permitem manter um equilíbrio orçamental saudável.

### 2.1.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

QUADRO 4 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Impostos Directos	5.251.964,66	9.347.444,09	177,98	62,28
02. Impostos Indirectos	259.537,91	416.786,49	160,59	2,78
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	324.094,76	254.758,85	78,61	1,70
05. Rendimentos de Propriedade	681.450,00	447.498,56	65,67	2,98
06. Transferências Correntes	2.981.410,02	2.625.930,59	88,08	17,50
07. Vendas Bens e Serviços Correntes	3.287.600,00	1.868.566,18	56,84	12,45
08. Outras Receitas Correntes	476.000,00	47.936,00	10,07	0,32
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>13.262.057,35</b>	<b>15.008.920,76</b>	<b>113,17</b>	<b>100,00</b>

GRÁFICO 3 – PESO POR RUBRICA DAS RECEITAS CORRENTES (%)



Analisando de forma mais detalhada, verifica-se que os **impostos directos** constituem mais de 60% das receitas correntes. Concorrem para este tipo de receita, principalmente, o Imposto sobre Transacções Onerosas de Bens (IMT), com mais de 6,5M€, seguido do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com aproximadamente 1,9 M€ e de acertos de SISA de anos anteriores, com perto de 0,5 M€. Apesar de já não existir o imposto da Derrama no concelho de Óbidos, ainda persistem valores cobrados de anos anteriores, que justificam a execução orçamental.

Os **impostos indirectos** são justificados pela cobrança a pessoas colectivas, de licenças e alvarás de loteamentos e obras. Os direitos de passagem relativos a telecomunicações, bem como as medições metrológicas também estão incluídas nesta rubrica da receita.

As licenças e alvarás de loteamentos e obras cobradas a particulares, a par das taxas relativas a vistorias, plantas topográficas e certidões relevam para as **taxas, multas e outras penalidades**. Também, os juros compensatórios de atrasos no pagamento dos impostos indirectos por parte do Estado ao Município, os juros de mora e execuções fiscais por atrasos dos munícipes no pagamento dos recibos de água e as contra-ordenações integram parte desta receita.

A análise da execução destas três rubricas deverá ter em consideração que a sua previsão é feita com base nas regras previsionais do POCAL, ou seja, espelham a média dos 24 meses anteriores ao da elaboração do orçamento. Por este motivo, será mais correcto analisar a execução em termos de valor do que em termos percentuais.

Os **rendimentos de propriedade** incluem os juros de depósitos bancários e as rendas de imóveis, nomeadamente a concessão com a EDP. A execução fica próxima dos 65% já que, inicialmente, tinham sido previstos juros de aplicações financeiras que o executivo optou por não fazer, para que pudesse incrementar os pagamentos a fornecedores. Foi previsto o recebimento de 5 prestações da renda de concessão (4.º trimestre de 2006 e todos os trimestres de 2007), que não se verificou.

No Orçamento do Município de Óbidos, as **transferências correntes** poderiam ser provenientes de empresas públicas, empresas privadas, do Estado, da administração local e do resto do mundo. Apesar de algumas receitas apresentarem execução superior ao previsto e de a execução da rubrica das transferências se aproximar dos 90%, há que ressaltar determinadas situações inicialmente previstas, mas cuja execução só se verificou ou verificará em 2008. Exemplo deste facto será a previsão de transferência de privados para financiamento de lâmpadas economizadoras, que se concretizará em 2008, bem como uma eventual candidatura ao Programa Sócrates, que se verificou não ser possível nos moldes previstos. Quanto às transferências do Orçamento de Estado, e tal como previsto para o Município de Óbidos, a execução foi de 100%. As transferências do Estado – Outros, com uma execução de 205,34% incluem, principalmente, transferências relacionadas com a Educação, a saber, compensação dos transportes escolares, os acordos de colaboração relativos às refeições, ao enriquecimento curricular e ao pessoal não docente, para além das receitas relativas ao apoio para o funcionamento do Gabinete Técnico Florestal. O financiamento do Gabinete Técnico Local (GTL) e as participações do Instituto de Emprego e Formação Profissional para os POC e UNIVA, contribuem para a execução das transferências dos serviços e fundos autónomos. As transferências do resto do mundo, cuja previsão incluiu o Programa Asia Urbs, não teve execução em 2007, embora a receita tenha já sido recebida em 2008.

No que concerne à **venda de bens e serviços correntes**, há que tecer duas grandes considerações: as receitas provenientes da cobrança de água, saneamento e resíduos sólidos, e as receitas relativas aos programas sociais – Rede de ATL, serviço de refeições e actividades sociais. Estas últimas passaram a ser receitas dos parceiros do Programa Melhor Idade a partir de Julho, conforme deliberação da Câmara. Quanto à execução das receitas relativas à cobrança “das águas”, dificilmente chegará aos valores previstos, já que existem valores que apenas serão cobrados em sede de juros de mora e execuções fiscais. As receitas das mensalidades do Programa Crescer Melhor - Rede Municipal de ATL, ficaram aquém do previsto por questões meramente técnicas, já que as receitas relativas à mensalidade e ao serviço de refeições vinham sendo incorrectamente cobradas com a mesma classificação da receita. Rectificado a incorrecção, aumentaram as receitas das refeições confeccionadas e diminuíram as receitas dos ATL. No entanto, não se pode deixar de verificar que os montantes da receita relativos à área social ascendem já a perto de 20% das receitas da venda de bens e serviços totais. As outras vendas de bens e serviços que não se enquadram nas anteriores rubricas, como sejam as receitas cobradas por vistorias, verificações metrológicas e quota de serviço incluídas nos recibos de água. Devido, sobretudo, a esta última receita, a execução desta rubrica pode considerar-se significativa no total das vendas de bens e serviços.

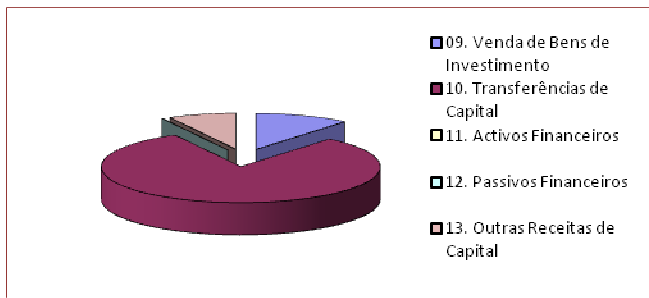
No que respeita às **outras receitas correntes**, há a realçar que o IVA foi previsto com base na legislação anterior, que com a introdução da “regra de inversão” veio alterar a forma de contabilização do IVA, implicando o pagamento de imposto em vez do seu reembolso. As custas de execuções fiscais concorrem para a execução da rubrica “outras”.

Como se pode verificar da análise detalhada da execução de cada uma das componentes da receita corrente, o Município de Óbidos é muito pouco dependente das transferências e financiamentos externos embora estes valores sejam essenciais ao bom funcionamento geral e de valências educacionais, que de outra forma teriam uma difícil execução.

#### QUADRO 5 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
09. Venda de Bens de Investimento	5.070.000,00	487.626,00	9,62	10,95
10. Transferências de Capital	6.611.024,18	3.606.402,12	54,55	81,00
11. Activos Financeiros	2.000,00	0,00	0,00	0,00
12. Passivos Financeiros	123.900,00	0,00	0,00	0,00
13. Outras Receitas de Capital	1.502.000,00	347.596,23	23,14	7,81
15. Reposições não Abatidas nos Pagamentos	50.000,00	10.722,20	21,44	0,24
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>13.358.924,18</b>	<b>4.452.346,55</b>	<b>33,33</b>	<b>100,00</b>

GRÁFICO 4 – PESO POR RUBRICA DAS RECEITAS DE CAPITAL (%)



As **receitas de capital**, embora com uma execução bastante inferior, não deixam de ter papel relevante no financiamento das despesas de capital. À semelhança das receitas correntes, será detalhada cada uma das rubricas que compõem as receitas de capital.

Tem sido política do executivo aumentar o património municipal, em vez de o alienar, pelo que a **venda de bens imóveis** tem sido consideravelmente inferior à aquisição de bens de investimento. Contudo, foi prevista a alienação do loteamento de Santa Rufina, que não se concretizou em 2007.

As **transferências de capital** incluem o Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital (transferências de capital do Orçamento de Estado), cuja execução se efectua de acordo com o previsto, para além das receitas para financiamento de investimentos, quer sejam comunitários ou com carácter de contratos-programa. Neste âmbito, e salvo a candidatura para financiamento do Complexo Escolar de Óbidos, as transferências por parte da CCDRLVT verificaram-se tardias e dependentes de lentas decisões da Administração Central. O financiamento para a Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento é um exemplo deste facto, pois a rede esteve a funcionar vários meses sem qualquer recepção de financiamento, enquanto aguardava decisão sobre a revisão do mesmo. Só em 2008 se retomou a normalidade da candidatura. A fase de conclusão do III QCA, também causou atrasos na normal gestão e/ou encerramento das candidaturas. O que se verificou foi um esforço acrescido por parte do Município de Óbidos para cumprir com os seus compromissos perante terceiros, sem contrapartida do financiamento esperado e aprovado. Resta salientar o facto de não ter sido sequer recebida a componente de cooperação técnica e financeira, da Administração Central, aprovada em sede de candidaturas referidas.

O Município de Óbidos não recorreu a novos empréstimos de curto, médio ou longo prazos, pelo que os **passivos financeiros** não tiveram execução. Amortizam-se apenas os empréstimos existentes há vários anos, de acordo com os respectivos planos de pagamentos.

A rubrica **outras receitas de capital** reveste um carácter genérico, enquadrando, no caso do Município de Óbidos, as receitas cobradas em sede de ligação e contratos de água, pedidos de orçamento e ramais.

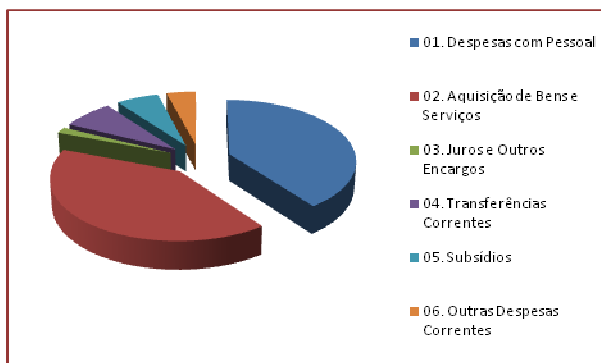


**2.1.2. ORÇAMENTO DA DESPESA**

**QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES**

<b>COMPOSIÇÃO</b>	<b>Dotação</b>	<b>Execução</b>	<b>% EXECUÇÃO</b>	<b>% PESO P/ RUBRICA</b>
01. Despesas com Pessoal	4.162.854,95	4.098.140,31	98,45	39,83
02. Aquisição de Bens e Serviços	6.569.710,18	4.210.475,18	64,09	40,93
03. Juros e Outros Encargos	208.273,01	162.819,83	78,18	1,58
04. Transferências Correntes	946.975,90	765.570,20	80,84	7,44
05. Subsídios	660.500,00	621.181,81	94,05	6,04
06. Outras Despesas Correntes	487.709,50	429.626,51	88,09	4,18
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>13.036.023,54</b>	<b>10.287.813,84</b>	<b>78,92</b>	<b>100,00</b>

**GRÁFICO 6 – PESO POR RUBRICA DAS DESPESAS CORRENTES (%)**



As despesas com pessoal são uma rubrica sensível na execução do orçamento da despesa corrente. Para além de existirem limites legais a cumprir, como abaixo se demonstra, são objecto de regras previsionais rígidas que obrigam a constantes actualizações de dotações ao longo do ano, nomeadamente no que respeita a contratações. Em 2007, as despesas com o pessoal atingiram uma execução próxima dos 100%, o que significa um maior rigor e controlo na execução da despesa.

Sabendo que a execução é calculada com base na dotação final, faz-se uma breve síntese das alterações ocorridas ao longo do ano, que concorrem não só para a execução, mas também para o cálculo dos limites legais e do peso das despesas com pessoal no total do orçamento.

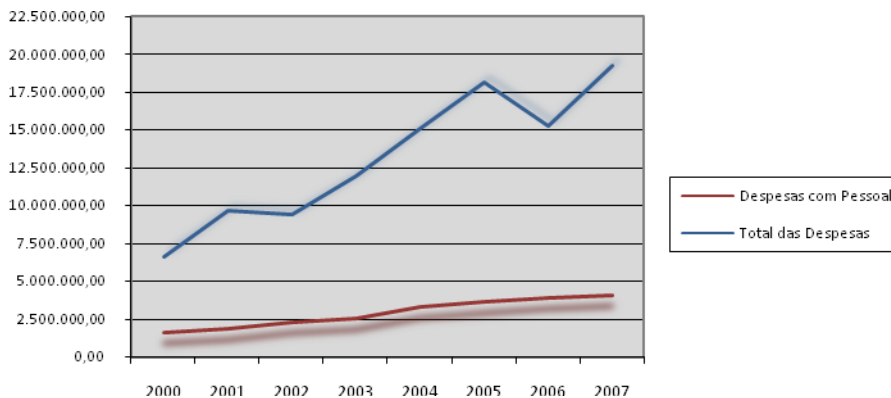
N.º de colaboradores /2007		259
Quadro		160
Contratados e pessoal		99
Admissões / 2007		54
Quadro		5
Contratos		47
Saídas / 2007		63
Quadro		0
Contratos		63

Apesar das alterações ocorridas, o peso das despesas com pessoal no total do orçamento mantém uma tendência próxima dos 20%. A educação, as funções sociais, os investimentos e a própria administração geral conseguem manter-se em funcionamento e em constante evolução com um acréscimo diminuto dos custos com pessoal, apesar destes serviços e funções sociais muito assentarem em recursos humanos.

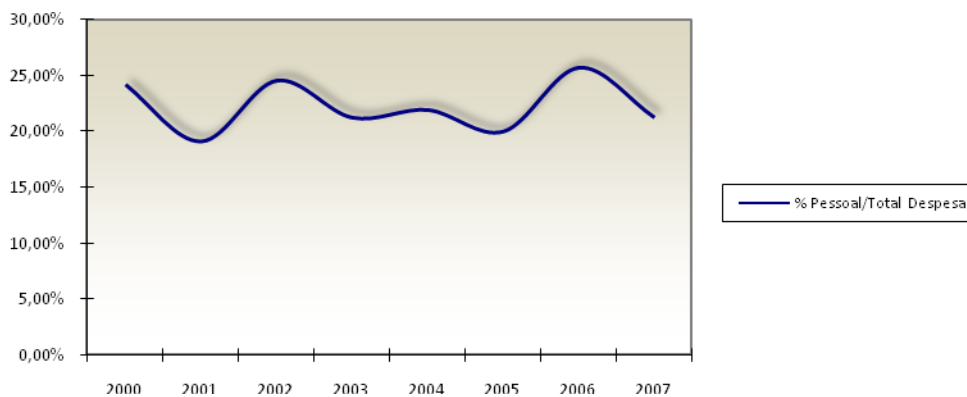
**QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA 2002-2007**

<b>Designação</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Despesas com Pessoal	2.301.151,87	2.529.540,28	3.302.432,07	3.625.101,98	3.917.565,05	4.098.140,31
Total das Despesas	9.371.196,30	11.907.471,22	15.057.551,58	18.119.338,65	15.237.102,82	19.283.826,34
<b>% Pessoal/Total Despesa</b>	<b>24,56%</b>	<b>21,24%</b>	<b>21,93%</b>	<b>20,01%</b>	<b>25,71%</b>	<b>21,25%</b>

**GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E DO TOTAL DA DESPESA (€) 2000-2007**



**GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA**



(%)

QUADRO 9 – CÁLCULO DOS LIMITES LEGAIS DAS DESPESAS COM O PESSOAL / 2007

Class. Econ.	Designação	Montante EXECUTADO
<b>Pessoal do Quadro</b>		<b>1.984.629,28</b>
01.01.03	Pessoal do quadro	1.530.997,44
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	1.331,91
01.01.13	Subsídio de refeição	152.283,54
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	267.842,71
01.01.15	Subsídio por doença, maternidade/paternidade	32.173,68
<b>Pessoal em qualquer outra situação</b>		<b>1.018.099,16</b>
01.01.06	Pessoal contratado a termo certo	582.410,05
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	239.853,73
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	129.587,54
01.01.13	Subsídio de refeição	66.247,84
<b>TOTAL</b>		<b>3.002.728,44</b>

Receitas correntes de 2006	11.189.587,71
60 % das receitas correntes do ano anterior (2006)	6.713.752,63
25% do limite para Pessoal do quadro	1.678.438,16

<b>Rácios</b>		% MO
Despesas com o Pessoal/rec. Correntes 2006	1.984.629,28	<b>17,74%</b>
Pessoal em qualquer outra situação	1.018.099,16	<b>15,16%</b>

As despesas gerais de funcionamento do Município de Óbidos estão incluídas na **aquisição de bens e serviços** correntes, como sejam a electricidade, comunicações fixas e móveis, seguros, assistência técnica, material de escritório e de limpeza, consumíveis de informática, entre outros. Estas despesas apenas se encontram dotadas no orçamento da despesa, não tendo qualquer influência no Plano de Actividades (mais relevantes) – PAM nem no Plano Plurianual de Investimentos – PPI.

O orçamento inclui todas as despesas, pelo que esta rubrica registará todas as aquisições de bens e serviços referentes ao funcionamento geral, acima referidas, bem como as despesas inerentes aos programas sociais, educação, acção social, armazéns, água, saneamento e RSU.

Os juros de empréstimos bancários em curso e de locação financeira (leasing), cuja dotação teve por base os planos de pagamentos respectivos, regista uma elevada execução, como seria de esperar. Esta rubrica não tem significativa relevância no total das despesas, revelando mais uma vez, o fraco recurso ao crédito bancário. Apesar do esforço financeiro para cumprimento das dívidas a terceiros, nem sempre se conseguem evitar os juros de mora cobrados nos termos legais, e aos quais os fornecedores e empreiteiros têm direito. Estes juros de mora também estão incluídos na rubrica **juros e encargos**.

As **transferências correntes** para as Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências, para os transportes da Rede Municipal de ATL, os protocolos com os parceiros dos programas sociais, os subsídios às colectividades e associações desportivas, para além dos apoios às famílias e particulares (bolsas), têm papel relevante na concretização de diversas acções e programas que, sem a intervenção de terceiros, certamente não conseguiriam maximizar os benefícios às populações. De referir ainda as transferências para a Associação de Municípios do Oeste (AMO), reflectidas nas transferências correntes para a administração local.

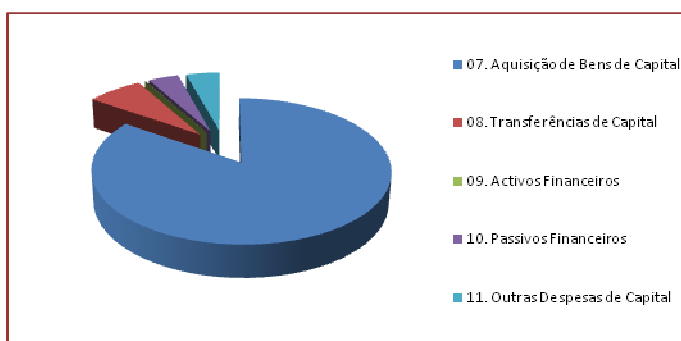
Os **subsídios** traduzem-se nos contratos-programa com a Óbidos Patrimonium – EM, para concretização do plano de actividades culturais e turísticas que se propôs para o ano 2007. Não foram concretizados subsídios à Óbidos Requalifica – EM.

Nas **outras despesas correntes** são consideradas as despesas que não se enquadram noutras rubricas anteriores, a saber, restituições de cauções de água, pagamento de IVA, indemnizações a munícipes e imposto sobre o rendimento de capitais (contas bancárias). Comprovando a alteração ao Código do IVA, temos uma dotação final da rubrica “IVA pago” muito superior à dotação inicial.

**QUADRO 10 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL**

<b>COMPOSIÇÃO</b>	<b>Dotação</b>	<b>Execução</b>	<b>% EXECUÇÃO</b>	<b>% PESO P/ RUBRICA</b>
07. Aquisição de Bens de Capital	12.104.993,66	7.617.891,35	62,93	84,68
08. Transferências de Capital	738.000,00	641.618,83	86,94	7,13
09. Activos Financeiros	4.837,50	3.587,50	74,16	0,04
10. Passivos Financeiros	349.126,83	347.893,61	99,65	3,87
11. Outras Despesas de Capital	388.000,00	385.021,21	99,23	4,28
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>13.584.957,99</b>	<b>8.996.012,50</b>	<b>66,22</b>	<b>100,00</b>

**GRÁFICO 9 – PESO POR RUBRICA DAS DESPESAS DE CAPITAL (%)**



As **aquisições de bens de capital** correspondem aos projectos e acções definidos no PPI, a pormenorizar aquando da análise daquele documento e constituem a tipologia da despesa com maior significado. No entanto, faz-se breve síntese das despesas que normalmente constituem as aquisições de bens de investimento: aquisição de terrenos e edifícios, investimentos nas redes viária, de abastecimento de água, de saneamento, informática, ambiente, espaços verdes, cultura, educação e funções sociais. O Quadro 11 ilustra o peso de cada orgânica/actividade no total da despesa.

Os protocolos de delegação de competências com as Freguesias, na parte de capital, assumem o papel mais relevante nas **transferências de capital**, apesar do seu peso no total da despesa ser de pouco significado.

Não tendo existido recurso ao crédito bancário, e tal como nos encargos financeiros, as amortizações de capital limitam-se a cumprir os planos de pagamento contratados. O endividamento de médio e longo prazos será abordado adiante, no ponto 5.1.4.

As outras despesas de capital, cuja dotação inicial era meramente residual, teve uma execução elevada devido às restituições de valores das candidaturas “Infraestruturas do Bom Sucesso – 2.ª fase”, “Grandes Beneficiações e Correções de Vias Municipais” e “Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento” que, na sequência de análise por parte do Município e/ou do Gestor das candidaturas se verificou terem sido recebidos indevidamente.

**QUADRO 11 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2007**

<b>Orgânica</b>	<b>Designação</b>	<b>Valor</b>	<b>% Valor</b>
0101	Operações Financeiras	504.636,25	2,62
0102	Classes Inactivas	32.487,06	0,17
0103	Órgãos de Autarquia	5.539.030,26	28,72
0104	Assembleia Municipal	10.632,52	0,06
0105	Protecção Civil	38.566,62	0,20
02	Serviços de Administração Geral	592.154,38	3,07
03	Educação e Acção Social	4.673.617,41	24,24
04	Desenvolvimento, Inovação e Novas Tecnologias	256.003,52	1,33
05	Planeamento, Urbanismo e Obras Municipais	4.292.469,10	22,26
06	Água e Saneamento	658.923,87	3,42
07	Ambiente e Recursos Naturais	1.234.559,43	6,40
08	Cultura, Turismo e Desporto	1.450.745,92	7,52
<b>Total Geral</b>		<b>19.283.826,34</b>	<b>100,00</b>

## 2.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

QUADRO 12 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)

CLASS. FUNCIONAL	DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO (€)	Exec. %	Peso por rubrica %
		INICIAL	FINAL			
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>2.993.028,05</b>	<b>2.569.816,37</b>	<b>2.056.909,10</b>	<b>80,04%</b>	<b>16,84%</b>
<b>1.1.</b>	<b>SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>2.986.878,05</b>	<b>2.567.666,37</b>	<b>2.055.799,35</b>	<b>80,06%</b>	<b>16,83%</b>
<b>1.1.1.</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	<b>2.986.878,05</b>	<b>2.567.666,37</b>	<b>2.055.799,35</b>	<b>80,06%</b>	
1.1.1.1.	SERVIÇOS GERAIS	1.537.934,62	1.747.917,53	1.591.092,02	91,03%	
1.1.1.2.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	414.552,76	378.852,76	221.966,04	58,59%	
1.1.1.3.	ÓBIDOS - CONCELHO DIGITAL	86.022,00	26.008,66	12.243,48	47,07%	
1.1.1.4.	VIATURAS MUNICIPAIS	209.062,94	99.195,15	84.896,28	85,59%	
1.1.1.5.	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	316.090,02	200.590,02	124.728,22	62,18%	
1.1.1.6.	MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	60.000,00	64.200,00	18.003,96	28,04%	
1.1.1.7.	ARMAZÉNS	363.215,71	50.902,25	2.869,35	5,64%	
<b>1.2.</b>	<b>SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS</b>	<b>6.150,00</b>	<b>2.150,00</b>	<b>1.109,75</b>	<b>51,62%</b>	
<b>1.2.1.</b>	<b>PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS</b>	<b>6.150,00</b>	<b>2.150,00</b>	<b>1.109,75</b>	<b>51,62%</b>	
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>10.190.017,64</b>	<b>10.936.535,85</b>	<b>7.044.286,52</b>	<b>64,41%</b>	<b>57,68%</b>
<b>2.1.</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>3.503.113,36</b>	<b>4.840.985,36</b>	<b>4.033.188,05</b>	<b>83,31%</b>	<b>33,03%</b>
<b>2.1.1.</b>	<b>ENSINO NÃO SUPERIOR</b>	<b>3.492.363,36</b>	<b>4.827.613,36</b>	<b>4.021.449,05</b>	<b>83,30%</b>	
2.1.1.3.	CONSTRUÇÃO/CONSERVAÇÃO NAS ESCOLAS	2.562.086,77	3.542.636,77	3.019.288,71	85,23%	
2.1.1.5.	PROGRAMA "CRESCER MELHOR" REDE MUNICIPAL DE CRECHES-	232.276,59	300.976,59	164.240,61	54,57%	
2.1.1.8.	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO	650.000,00	963.500,00	824.584,30	85,58%	
2.1.1.9.	GABINETE DE EDUCAÇÃO	48.000,00	20.500,00	13.335,43	65,05%	
<b>2.1.2.</b>	<b>SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO</b>	<b>10.750,00</b>	<b>13.372,00</b>	<b>11.739,00</b>	<b>87,79%</b>	
2.1.2.	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS	10.750,00	13.372,00	11.739,00	87,79%	
<b>2.2.</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>158.869,68</b>	<b>206.667,37</b>	<b>138.491,28</b>	<b>67,01%</b>	<b>1,13%</b>
<b>2.2.1.</b>	<b>SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE</b>	<b>158.869,68</b>	<b>206.667,37</b>	<b>138.491,28</b>	<b>67,01%</b>	
2.2.1.1.	DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS DE SAÚDE	142.969,68	202.467,37	134.291,28	66,33%	
2.2.1.2.	PROGRAMA "SAÚDE MELHOR"	15.900,00	4.200,00	4.200,00	100,00%	
<b>2.3.</b>	<b>SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS</b>	<b>123.320,03</b>	<b>172.238,03</b>	<b>144.956,43</b>	<b>84,16%</b>	<b>1,19%</b>
<b>2.3.2.</b>	<b>ACÇÃO SOCIAL</b>	<b>123.320,03</b>	<b>172.238,03</b>	<b>144.956,43</b>	<b>84,16%</b>	
2.3.2.1.	ACÇÃO SOCIAL	10.000,00	1.500,00	1.123,02	74,87%	

2.3.2.2.	REDE SOCIAL DO CONCELHO DE ÓBIDOS	1.500,00	1.300,00	510,00	39,23%	
2.3.2.3.	PROGRAMA MELHOR IDADE	47.570,03	167.570,03	143.024,41	85,35%	
2.3.2.4.	PROGRAMA ÓBIDOS VOLUNTÁRIO	2.500,00	-	-	0,00%	
2.3.2.5.	PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVOS À JUVENTUDE	40.000,00	868,00	-	0,00%	
2.3.2.6.	GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA	750,00	-	-	0,00%	
2.3.2.7.	PROGRAMA ÓBIDOS SOLIDÁRIO	1.500,00	500,00	-	0,00%	
2.3.2.8.	CRAC.DC - CENTRO DE ESTUDOS ARTE CULTURA	3.000,00	500,00	299,00	59,80%	
2.3.2.9.	CEMEAR ÓBIDOS - CENTRO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONFLITOS	16.500,00	-	-	0,00%	
<b>2.4.</b>	<b>HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS</b>	<b>4.445.597,60</b>	<b>4.209.873,91</b>	<b>1.933.924,07</b>	<b>45,94%</b>	<b>15,84%</b>
<b>2.4.1.</b>	<b>HABITAÇÃO</b>	<b>247.800,00</b>	-	-	<b>0,00%</b>	
2.4.1.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	247.800,00	-	-	0,00%	
<b>2.4.2.</b>	<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>1.802.143,58</b>	<b>1.090.294,14</b>	<b>616.063,98</b>	<b>56,50%</b>	
2.4.2.1.	REQUALIFICAÇÃO URBANA	1.022.484,49	559.984,49	481.183,43	85,93%	
2.4.2.2.	RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	203.263,28	158.393,36	86.540,33	54,64%	
2.4.2.3.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO	576.395,81	371.916,29	48.340,22	13,00%	
<b>2.4.3.</b>	<b>SANEAMENTO</b>	<b>798.236,91</b>	<b>927.175,22</b>	<b>310.943,93</b>	<b>33,54%</b>	
2.4.3.1.	SISTEMA ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	279.910,37	117.948,68	13.819,71	11,72%	
2.4.3.2.	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS	518.326,54	809.226,54	297.124,22	36,72%	
<b>2.4.4.</b>	<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUAS</b>	<b>371.835,59</b>	<b>570.745,59</b>	<b>241.246,57</b>	<b>42,27%</b>	
2.4.4.1.	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	371.835,59	570.745,59	241.246,57	42,27%	
<b>2.4.5.</b>	<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	<b>820.000,00</b>	<b>1.299.000,00</b>	<b>662.907,80</b>	<b>51,03%</b>	
<b>2.4.6.</b>	<b>PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>	<b>405.581,52</b>	<b>281.158,96</b>	<b>102.761,79</b>	<b>36,55%</b>	
2.4.6.2.	CEMITÉRIOS	4.121,58	8.621,58	115,39	1,34%	
2.4.6.3.	AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	78.750,00	84.850,00	1.918,46	2,26%	
2.4.6.4.	ESPAÇOS VERDES	301.859,94	181.859,94	95.455,58	52,49%	
2.4.6.5.	CENTROS DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	-	-	0,00%	
2.4.6.6.	GABINETE DE VETERINÁRIA	15.850,00	5.827,44	5.272,36	90,47%	
<b>2.4.7.</b>	<b>ÓBIDOS CARBONO SOCIAL</b>	-	<b>41.500,00</b>	-	<b>0,00%</b>	
2.4.7.1.	PROGRAMA CUSTA MENOS SEPARAR	-	20.000,00	-	0,00%	
2.4.7.2.	Aquisição de bens	-	-	-	0,00%	
2.4.7.3.	PROGRAMA CARBOBAROMETRO	-	8.500,00	-	0,00%	
2.4.7.4.	PROGRAMA ÓBIDOS CARBONO SOCIAL	-	13.000,00	-	0,00%	
<b>2.5.</b>	<b>SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS</b>	<b>1.959.116,97</b>	<b>1.506.771,18</b>	<b>793.726,69</b>	<b>52,68%</b>	<b>6,50%</b>
<b>2.5.1.</b>	<b>CULTURA</b>	<b>1.731.379,81</b>	<b>1.248.034,02</b>	<b>718.258,28</b>	<b>57,55%</b>	
2.5.1.1.	MUSEUS	1.349.345,46	912.446,86	474.796,98	52,04%	

2.5.1.2.	BIBLIOTECA	15.904,75	3.714,75	2.318,48	62,41%	
2.5.1.4.	PROJECTO ASIA URBS	146.899,60	78.652,41	-	0,00%	
2.5.1.5.	ÓBIDOS PATRIMÓNIO VIVO - PROGRAMA OPERACIONAL DA CULTURA	205.420,00	253.220,00	241.142,82	95,23%	
2.5.1.6.	1807 - NO TEMPO DAS INVASÕES FRANCESAS	13.810,00	-	-	0,00%	
<b>2.5.2.</b>	<b>DESPORTO, RECREIO E LAZER</b>	<b>202.737,16</b>	<b>253.737,16</b>	<b>75.468,41</b>	<b>29,74%</b>	
2.5.2.1.	CREAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS	202.737,16	253.737,16	75.468,41	29,74%	
<b>2.5.3.</b>	<b>OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS</b>	<b>25.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	
2.5.3.1.	ACTIVIDADES RELIGIOSAS	25.000,00	5.000,00	-	0,00%	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>3.118.053,96</b>	<b>3.041.892,93</b>	<b>1.295.688,72</b>	<b>42,59%</b>	<b>10,61%</b>
	<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA</b>					
<b>3.1.</b>	<b>PESCA</b>	<b>120.350,00</b>	<b>559.000,00</b>	<b>140.014,11</b>	<b>25,05%</b>	<b>1,15%</b>
3.1.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL	120.350,00	559.000,00	140.014,11	25,05%	
<b>3.2.</b>	<b>INDÚSTRIA E ENERGIA</b>	<b>381.566,06</b>	<b>488.486,06</b>	<b>276.605,35</b>	<b>56,63%</b>	<b>2,26%</b>
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	338.203,35	397.123,35	247.931,08	62,43%	
3.2.2.	ENERGIA	43.362,71	91.362,71	28.674,27	31,39%	
<b>3.3.</b>	<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>	<b>2.576.137,90</b>	<b>1.993.306,87</b>	<b>879.069,26</b>	<b>44,10%</b>	<b>7,20%</b>
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.576.137,90	1.993.306,87	879.069,26	44,10%	
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA	2.502.959,16	1.922.178,13	872.169,72	45,37%	
3.3.1.2.	ORDENAMENTO DE TRÂNSITO	73.178,74	71.128,74	6.899,54	9,70%	
<b>3.4.</b>	<b>COMÉRCIO E TURISMO</b>	<b>40.000,00</b>	<b>1.100,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
3.4.2.	TURISMO	40.000,00	1.100,00	-	0,00%	
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1.893.593,60</b>	<b>2.012.248,10</b>	<b>1.815.433,42</b>	<b>90,22%</b>	<b>14,87%</b>
<b>4.2.</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES</b>	<b>530.000,00</b>	<b>626.924,50</b>	<b>556.819,40</b>	<b>88,82%</b>	<b>4,56%</b>
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	530.000,00	626.924,50	556.819,40	88,82%	
<b>4.3.</b>	<b>DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS</b>	<b>1.363.593,60</b>	<b>1.385.323,60</b>	<b>1.258.614,02</b>	<b>90,85%</b>	<b>10,31%</b>
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	48.000,00	112.200,00	99.971,20	89,10%	
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	1.315.593,60	1.273.123,60	1.158.642,82	91,01%	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>18.194.693,25</b>	<b>18.560.493,25</b>	<b>12.212.317,76</b>	<b>65,80%</b>	

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem os projectos mais relevantes do Município de Óbidos (PAM – despesas correntes) e os investimentos (PPI – despesas de capital). As despesas com o pessoal e os gastos gerais de funcionamento não estão incluídos, daí a diferença entre o total do orçamento e o total das GOP.

Fará sentido analisar a execução das GOP por sector de actividade, uma vez que esta análise permitirá averiguar do grau de convergência entre a execução real e a estratégia e prioridades do executivo.



As **funções gerais**, que incluem os projectos relacionados com o funcionamento geral e directo do Município de Óbidos, como sejam as aquisições de imóveis, os encargos com empréstimos bancários, as restituições assumem relativa importância, devido principalmente à política de aquisição de imóveis.

Indubitavelmente, as **funções sociais** têm a maior expressão da despesa por sector de actividade, incluindo os projectos mais próximos da linha de tendência estratégica, nomeadamente a educação, com a construção do novo complexo escolar, de duas novas creches (Gaeiras e Olho Marinho), para além da conservação e manutenção do restante parque escolar. As funções relacionadas com a saúde e acção social, cujas despesas revestem um carácter corrente, não implicam avultados investimentos para o seu normal funcionamento, e continuam a apresentar uma execução reveladora da “velocidade cruzeiro” dos programas sociais. As funções sociais que não registam execução, como por exemplo o Programa Municipal de Incentivos à Juventude, o CRAC.DC, o Óbidos Voluntário, o Óbidos Solidário ou o Cemear, não significa que não estejam implementados e a funcionar.

Sabendo que o quadro acima apenas espelha a execução das acções imputadas ao PAM e ao PPI; que as despesas com pessoal não estão aqui reflectidas; que as despesas de conservação, aquisição de bens para oferta e outras despesas gerais também não estão aqui espelhadas, existem diversas despesas que não são directamente relacionadas com as respectivas funções/actividades.

O quadro abaixo pretende demonstrar alguns exemplos desta situação, relativamente à área social, cuja execução efectiva, ou seja, os benefícios que chegam realmente aos munícipes, são muito superiores ao que aparentemente se lê na execução das GOP.

Programa Social/Tipo de Despesa	Bens para oferta	Deslocações e estadas	Serviços	Transferências	Subsídios	TOTAL
<b>Óbidos Solidário</b>	12.096,43					12.096,43
<b>Educação</b>	16.678,70		5.230,00		21.595,00	43.503,70
<b>Melhor Idade</b>				132.380,00		132.380,00
<b>Saúde Melhor</b>	2.178,00		974,05	4.200,00		7.352,05
<b>CRAC.DC</b>		9.827,77	299,00			10.126,77
<b>Incentivos à Juventude</b>					8.144,00	8.144,00
<b>Programa Apoios Sociais Diversos</b>				46.799,92		46.799,92
<b>TOTAL</b>	<b>30.953,13</b>	<b>9.827,77</b>	<b>6.503,05</b>	<b>183.379,92</b>	<b>29.739,00</b>	<b>260.402,87</b>

Como se pode verificar, existem diversos programas sociais, com execução nula reflectida nas GOP, mas que contribuíram para a efectiva execução do total do orçamento.

O ordenamento do território, com a requalificação urbana como principal alvo do investimento municipal em 2007, continua a reflectir a preocupação do executivo com os espaços urbanos do Concelho.

Também o saneamento, o abastecimento de água e a recolha de RSU, embora já sem qualquer financiamento externo, não deixam de ser objecto de elevada execução.

Os programas directamente relacionados com o ambiente, designadamente o “Óbidos Carbono Social”, que foi introduzido no PAM e no PPI na 2.ª revisão orçamental, teve execução física, embora apareça com execução nula (pagamentos). Ou seja, os programas tiveram execução, mas os pagamentos não se concretizaram em 2007, como se pode verificar nos mapas da execução das Grandes Opções do Plano.

A cultura, apesar de ser uma valência transferida quase na totalidade para a Óbidos Patrimonium-EM, requer investimentos por parte da “empresa-mãe” – o Município, como seja a obra do Museu Abílio Mattos e Silva. Os eventos incluídos na candidatura ao Programa Operacional da Cultura, bom como a Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento (direitos de autor e serviços de investigação), contribuem em grande parte para a execução dos serviços culturais. Foi já referido que o projecto Asia Urbs ficou concluído apenas em 2008, pelo que a sua execução em 2007 foi nula.

No âmbito das funções económicas, o desenvolvimento rural espelha a conclusão do caminho rural das Cesaredas.

A indústria e energia, para além do pagamento da iluminação pública, abre caminho às energias renováveis com a aquisição de painéis fotovoltaicos instalados no Jardim de Infância do Arelho.

Os transportes e comunicações, que incluem a rede viária, mantêm uma execução significativa, embora também sem qualquer financiamento externo (comunitário ou nacional).

As outras funções remetam a sua execução para as justificações acima, no ponto da análise da execução da despesa (transferências e subsídios).

Num ano de encerramento do III QCA e sem QREN regulamentado, o Município de Óbidos não evitou os investimentos que considerou prioritários, tendo que recorrer aos seus próprios meios para a execução dos mesmos.

#### QUADRO 13 – FINANCIAMENTO RECEBIDO / EXECUÇÃO DAS GOP

<b>GOP por funcional</b>	<b>Execução GOP</b>	<b>Financiamento recebido FEDER</b>	<b>Financiamento recebido CTF</b>
<b>1. Funções gerais</b>	<b>2.056.909,10</b>	<b>19.557,89</b>	<b>2.809,78</b>
<b>2. Funções sociais</b>	<b>7.044.286,52</b>	<b>2.212.428,16</b>	<b>174.570,76</b>
Educação	4.033.188,05	2.048.352,42	106.665,51
Saúde e acção social	283.447,71	0,00	50.000,00
Ordenamento território	616.063,98	0,00	0,00
Saneamento	310.943,93	0,00	0,00
Abastecimento de água	241.246,57	9.011,51	0,00
RSU	662.907,80	0,00	0,00
Ambiente	102.761,79	0,00	10.513,43
Cultura e Desporto	793.726,69	155.064,23	7.391,82
<b>3. Funções económicas</b>	<b>1.295.688,72</b>	<b>3.847,32</b>	<b>0,00</b>
Desenvolvimento rural	140.014,11	3.480,00	0,00
Industria e energia	276.605,35	0,00	0,00
Transportes e comunicações	879.069,26	367,32	0,00
<b>4. Outras funções</b>	<b>1.815.433,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.212.317,76</b>	<b>2.235.833,37</b>	<b>177.380,54</b>
<b>% de financiamento recebido</b>		<b>18,31%</b>	<b>1,45%</b>

Apesar do investimento realizado, a expectativa quanto ao QREN é grande, aliás, proporcional aos investimentos previstos para 2008 e anos seguintes. No entanto, a indefinição de regras e atrasos na abertura de candidaturas condicionaram significativamente a prossecução de mais projectos.

QUADRO 14 – RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) / 2007

CLASS. FUNCIONAL	DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO (€)		Exec. %		Peso por rubrica %	
		PAM	PPI	PAM	PPI	PAM	PPI	PAM	PPI
1	FUNÇÕES GERAIS	408.958,70	2.160.857,67	296.721,51	1.760.187,59	72,56%	81,46%	9,23%	19,57%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.048.385,93	7.888.149,92	1.588.903,57	5.455.383,05	52,12%	69,16%	49,40%	60,64%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	313.142,53	2.728.750,40	227.687,83	1.068.000,89	72,71%	39,14%	7,08%	11,87%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.205.048,10	807.200,00	1.102.992,45	712.440,97	91,53%	88,26%	34,29%	7,92%
<b>TOTAL</b>		<b>4.975.535,26</b>	<b>13.584.957,99</b>	<b>3.216.305,36</b>	<b>8.996.012,50</b>	<b>64,64%</b>	<b>66,22%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>18.560.493,25</b>		<b>12.212.317,86</b>		<b>65,80%</b>		<b>-</b>	

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI 2002-2007

Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>1. Dotação Inicial</b>	11.906.066,48	11.947.979,00	11.947.979,00	17.686.923,70	16.505.529,76	15.323.681,87
<b>2. Dotação final</b>	11.906.066,48	10.110.862,84	13.018.092,95	16.444.718,96	13.894.379,41	13.584.957,99
<b>3. Realizado</b>	4.226.514,93	5.712.174,64	7.618.970,84	9.847.715,25	6.199.963,97	8.996.012,50
<b>Coef. Realização</b>	<b>35,50%</b>	<b>56,50%</b>	<b>58,53%</b>	<b>59,88%</b>	<b>44,62%</b>	<b>66,22%</b>

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS 2000-2007

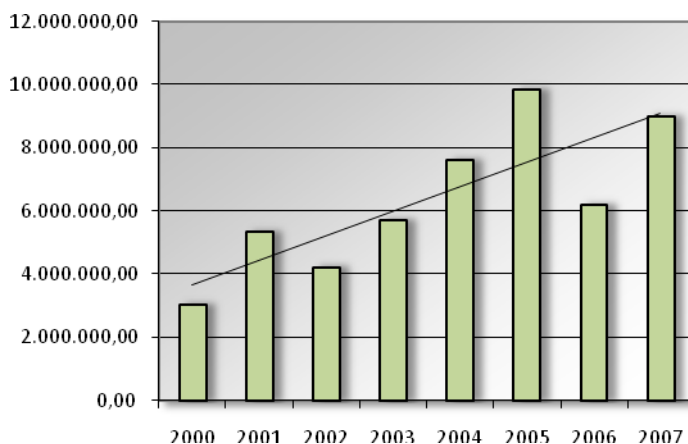
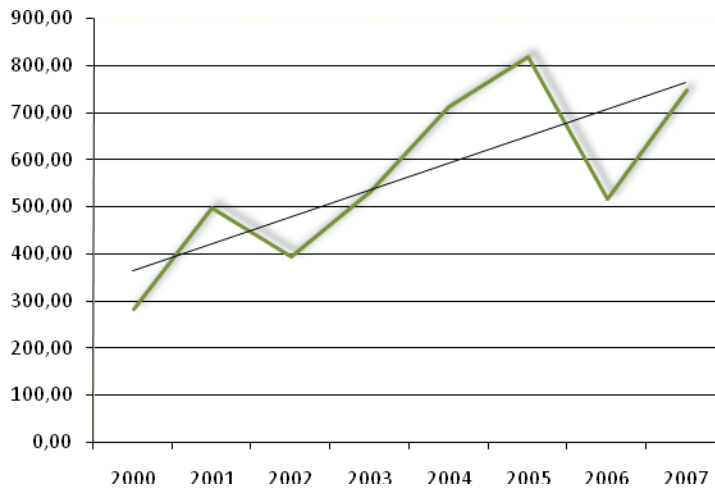


GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO PER CAPITA 2000-2007



### 3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente patrimonial, de custos e proveitos, activos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Município de Óbidos, reportada ao final do exercício económico, permitindo uma análise “empresarializada” da autarquia quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez.

Nas contas de 2007 há que considerar dois novos factores: a certificação legal de contas e a consolidação das contas com o sector empresarial local. De acordo com os artigos 47.º e 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), os municípios que detenham participações no sector empresarial local têm que ter as suas contas certificadas. Necessariamente, as contas do Município de Óbidos foram objecto de apreciação externa, conferindo-lhe o grau de credibilidade legalmente exigido.

A consolidação de contas, prevista no artigo 46.º do referido diploma legal, será aplicável ao Município de Óbidos na medida em que detém a totalidade do capital nas empresas municipais. Por um conjunto de situações, principalmente, pela inexistência de alterações ao POCAL que permitam cumprir o disposto na Lei das Finanças Locais, a consolidação das contas do “grupo público” do Município de Óbidos não será apresentada aquando das contas individuais de cada uma das entidades que o compõem. Porém, e apesar de não ser uma consolidação “formal”, serão permitidas algumas abordagens às contas conjuntas do Município de Óbidos e das empresas municipais, sempre que a análise o justifique.

### 3.1. BALANÇO

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
<b>Imobilizado</b>	<b>33.266.975,94</b>	<b>Fundos Próprios</b>	<b>29.718.771,11</b>
Bens do Domínio Público	1.113,80	Património	-4.373.979,86
Imobilizações Incorpóreas	171.296,76	Reservas	1.353.130,61
Imobilizações Corpóreas	32.394.449,79	Resultados Transitados	25.652.871,20
Investimentos Financeiros	700.115,59	Resultado Líquido do Exercício	7.086.719,67
<b>Circulante</b>	<b>2.216.164,85</b>	<b>Passivo</b>	<b>5.764.369,68</b>
Existências	391.183,20	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	2.761.856,80
Dívidas de Terceiros - CP	909.362,36	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2.744.148,04
Depósitos instit. financ. e			
Caixa	886.376,61	Acréscimos e Diferimentos	258.364,84
Acréscimos e Diferimentos	29.213,19		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>35.483.111,30</b>	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>35.483.111,30</b>

#### 3.1.1. IMOBILIZADO

ACTIVO BRUTO	
<b>Imobilizado</b>	<b>33.266.975,94</b>
Bens do Domínio Público	1.113,80
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	1.113,80
Imobilizações em curso	0,00
Imobilizações Incorpóreas	171.296,76
Despesas de investigação e desenvolvimento	43.443,38
Propriedade industrial e outros direitos	127.853,38
Imobilizações Corpóreas	32.394.449,79
Terrenos e recursos naturais	2.718.162,65
Edifícios e outras construções	24.187.810,12
Equipamento básico	2.015.608,38
Equipamento de transporte	859.424,99
Ferramentas e utensílios	223.080,73
Equipamento administrativo	1.199.903,58
Outras imobilizações corpóreas	641.008,57
Imobilizações em curso	549.450,77
Investimentos financeiros	700.115,59
Partes de capital	700.115,59

#### QUADRO 15 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2002-2007

	(Valor de aquisição)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total/anos
<b>Rústico</b>	30.127,39 €	1.136.514,27 €	447.455,09 €	663.933,57 €	422.225,00 €	415.407,38 €	3.115.662,70 €
<b>Urbano</b>	- €	- €	402.379,79 €	922.337,72 €	586.500,00 €	132.421,50 €	2.043.639,01 €
<b>TOTAL</b>	<b>30.127,39 €</b>	<b>1.136.514,27 €</b>	<b>849.834,88 €</b>	<b>1.586.271,29 €</b>	<b>1.008.725,00 €</b>	<b>547.828,88 €</b>	<b>5.159.301,71 €</b>

**3.1.2. DISPONIBILIDADES**

	<b>1 Janeiro 2007</b>	<b>31 Dezembro 2007</b>
Caixa	5.175,68	2.026,14
<b>Depósitos Bancários</b>		
Caixa Geral de Depósitos	508.597,72	675.642,92
	154.468,27	23.080,23
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche		
Finibanco	2.441,09	0,00
Banco Espírito Santo	0,00	185.627,32
<b>Total Geral</b>	<b>670.682,76</b>	<b>886.376,61</b>

**3.1.3. PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL**

<b>Entidades</b>	<b>Anos Anteriores</b>	<b>2007</b>
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	
Resioeste, S A	41.561,79	
Águas do Oeste, S A	501.430,00	
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	
Trevoeste, S.A.	1.537,50	3.587,50
Óbidos Patrimonium - E.M.	100.000,00	
Óbidos Requalifica - E.M.	50.000,00	
<b>Sub - Total</b>	<b>696.528,09</b>	<b>3.587,50</b>
<b>Total</b>	<b>700.115,59</b>	

**3.1.4. DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZOS**

	<b>1 Janeiro 2007</b>	<b>31 Dezembro 2007</b>
<b>Empréstimos Bancários</b>		
Caixa Geral de Depósitos	2.990.167,26	2.652.450,35
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	119.583,15	109.406,45
<b>Total Geral</b>	<b>3.109.750,41</b>	<b>2.761.856,80</b>

As dívidas a terceiros de médio e longo prazos continuam a traduzir-se unicamente no capital em dívida relativo aos empréstimos existentes, não tendo ocorrido recurso a qualquer tipo de crédito.

Esta situação também se verifica nas empresas municipais, pelo que o endividamento global do Município e empresas é o que se apresenta. Como tal, a situação financeira mantém-se muito favorável, como comprovam os rácios abaixo.

<b>Liquidez Geral</b> (Activo circulante/Passivo curto prazo)	80,76
<b>Endividamento</b> (Dívidas a 3.ºs CMLP/Fundos Próprios+Passivo)	16,25
<b>Autonomia Financeira</b> (Fundos Próprios/Activo Total)	83,75

### 3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2007, com um Resultado Líquido de Exercício de € 7.086.749,16, motivado fundamentalmente pela venda de produtos, de serviços e pelas transferências do Orçamento de Estado, de fundos comunitários e cooperação técnica e financeira, que superaram os custos com o pessoal e com matérias consumidas. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários e juros de mora. A subida das taxas de juro, obrigatoriamente, potenciou estes resultados de forma negativa.

Os resultados extraordinários relacionam as transferências e subsídios para terceiros com os proveitos de multas e ganhos na alienação de imóveis, pelo que o seu valor se apresenta desfavorável.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2007, sintetizada no quadro abaixo:

	<b>Valor (€)</b>
Resultados Operacionais	7.884.928,94
Resultados Financeiros	-137.755,79
Resultados Correntes	7.747.173,15
Resultados Extraordinários	-653.627,94
<b>Resultado Líquido de Exercício</b>	<b>7.086.719,67</b>

Apesar de demonstrada a capacidade da autarquia para gerar proveitos suficientes para fazer face aos custos do exercício, atenta-se o facto de não estarem reflectidas as amortizações do exercício no total dos custos.

#### 4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

##### 4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Administração Autárquica	573.811,84	573.821,84	573.811,84	573.811,84	573.811,04	573.811,84
Contribuintes c/c	5,00	5,00	987,89	0,00	0,00	22,55
Utentes c/c	92.026,35	135.002,13	162.945,63	172.545,62	203.884,66	181.232,31
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	17.518,97	79.489,69	119.026,76	104.265,20	59.261,40	61.900,24
Estado e Outros entes Públicos	5.310,69	42.760,91	71.014,19	9.791,82	0,00	31.301,28
<b>Total</b>	<b>688.672,85</b>	<b>831.079,57</b>	<b>927.786,31</b>	<b>860.414,48</b>	<b>836.957,10</b>	<b>848.268,22</b>

A rubrica Dívidas de Terceiros está directamente relacionada com as Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (débitos ao tesoureiro e execuções fiscais).

##### 4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

##### 4.3.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Total</b>	<b>1.534.698,41</b>	<b>2.054.518,00</b>	<b>2.209.053,05</b>	<b>2.479.516,99</b>	<b>2.626.967,61</b>	<b>2.058.176,01</b>

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS (€) 2000-2007

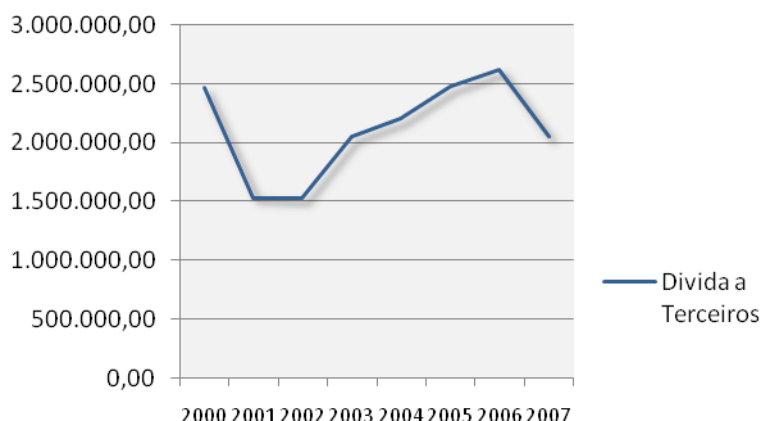
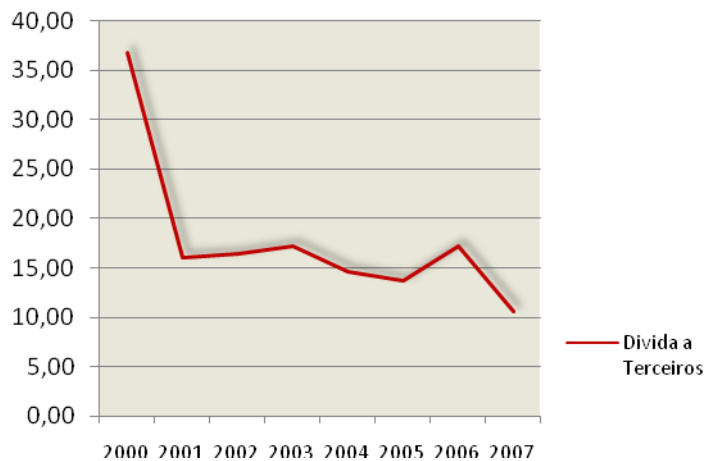




GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS NO TOTAL DA DESPESA (%) 2000-2007



Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), e embora aparentemente tenha conhecido algumas oscilações positivas e negativas nos últimos anos, a tendência constante tem sido de assumir um menor peso no total do orçamento, como atrás se comprovou.

#### 4.4. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Locação Financeira</b>	146.254,85 €	146.299,57 €	193.739,26 €	89.104,12 €	88.509,05 €	150.670,94 €

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria.

#### 6.4. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Empréstimos Bancários</b>	3.515.524,41	3.735.042,19	3.533.192,67	3.323.467,96	3.109.750,41	2.761.856,80

Os encargos com os empréstimos anteriormente contratados, e relativamente ao período em análise totalizaram € 463.531,39:

- Amortização da dívida no valor de € 347.893,61;
- Juros no valor de € 115.637,78.

## 5. ANÁLISE DE INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que tem sido a evolução da autarquia, desde o exercício económico de 2000.

### RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Imp. Directos/ Rec. Correntes	48,80	40,90	41,00	49,56	47,83	62,28
Transf. Correntes/ Rec. Correntes	30,80	27,50	22,00	23,02	21,22	17,50
Venda Bens e Serv./ Rec. Correntes	11,50	20,70	20,00	19,01	18,88	12,45
Rec. Correntes/ Rec. Totais	70,00	66,40	72,00	59,01	76,07	77,12
Rec. De Capital/Rec. Totais	30,00	33,60	29,00	41,00	23,93	22,88

O peso assumido pelos Impostos Directos (IMI, IMT) nas receitas correntes, e tal como referido no início da presente análise, é factor de alavancagem do orçamento, contribuindo para a autonomia financeira e conseqüente menor grau de endividamento do Município de Óbidos.

### RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pessoal/ Desp. Correntes	44,70	40,80	44,40	43,83	43,35	39,83
Aq. Bens e Serv./ Desp. Correntes	45,10	50,30	42,00	39,06	36,64	40,93
Investimentos/ Desp. de Capital	82,00	87,40	88,20	87,51	74,19	84,68
Passivos Fin./ Desp. de Capital	6,20	3,30	2,70	2,33	0,00	3,87
Desp. Correntes/ Desp. Totais	54,90	52,00	49,50	45,65	59,31	53,35
Desp. de Capital/ Desp. Totais	45,10	48,00	50,60	54,35	40,69	46,65
Dívidas a Terceiros/Despesa Paga	16,38	17,25	14,67	13,68	17,24	10,67

O peso das despesas com o pessoal decresceu para valores inferiores aos 40%, revelando o esforço feito no sentido de cumprir os limites legais e um maior rigor e controlo da despesa.

As aquisições de bens e serviços, continuam a apresentar valores muito constantes relativamente ao seu peso no orçamento da despesa corrente, comprovando também o esforço exercido pelo executivo na racionalização de meios e moderação de despesa.

Pelo contrário, o peso do investimento no total da despesa subiu significativamente, para valores próximos dos 85%.

Como atrás verificado, o peso das dívidas a terceiros baixou significativamente em 2007.

### RÁCIOS FINANCEIROS (%)

Rácios	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pessoal/ Rec. Correntes	31,70	33,70	30,10	33,27	35,01	27,30
FEF+FSM+PIRS/ Desp. Totais	33,70	27,50	35,10	19,32	22,97	17,24
Amortiz.+Juros/ Rec. Totais	3,90	2,80	2,00	1,81	2,02	2,38
Rec. Correntes/ Desp. Correntes	141,00	121,10	147,30	131,72	123,82	145,89
Rec. de Capital/ Desp. de Capital	73,60	66,60	56,00	76,55	56,77	49,49

De salientar o cumprimento do equilíbrio orçamental, comprovado pela execução das receitas correntes muito superior à das despesas correntes.

**6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS Legais», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2007

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 7.086.749,16 seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:..... € 354.337,46

Resultados Transitados:..... € 6.732.411,70

Apesar de o Património do Município ainda se encontrar em fase de avaliação, propõe-se que o valor registado na conta 59 – Resultados Transitados seja saldado, em contrapartida de reforço do Património, na conta 51 – Património.

<b>ÓRGÃO EXECUTIVO</b>
Em ____ de _____ de 2008
_____

<b>ÓRGÃO DELIBERATIVO</b>
Em ____ de _____ de 2008
_____